



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

Ata da V Reunião Ordinária da Comissão Nacional e Combate à Desertificação -
CNCD

Data: 23 e 24 de outubro de 2013

Local: Auditório do CONAMA - Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 8º andar – sala 830
Brasília/DF (MMA- Sede)

Participantes: Membros da CNCD (Listas de Presença, anexo I e II).

23 de outubro de 2013

Manhã

Francisco Campello - Secretário Executivo da CNCD - Dá as boas-vindas, informa que não há quórum para deliberações (12 conselheiros presentes) e solicita que os representantes se apresentem.

Procópio Lucena – sociedade civil RN - pede a palavra, solicitando inversão de pauta em razão da limitação para deliberações, propondo iniciar com os relatos sobre a COP 11.

Francisco Campello - Secretário Executivo da CNCD – após as apresentações dos membros do colegiado submete a proposta de inversão apresentada. Em regime de votação.

Plenário – proposta acatada.

Francisco Campello - Secretário Executivo da CNCD - inicia os relatos em relação à COP 11, realizada na Namíbia, com os seguintes destaques: processo de mudança do Secretariado, informando sobre a indicação da Sra. Monique Barbut como nova Secretária Executiva da UNCCD e da expectativa de retomada de uma agenda da Convenção na perspectiva da implementação de ações efetivas de combate à desertificação, especialmente a partir do apoio aos estados membros. Relata que em relação ao Mecanismo Global, ficou acordado que haverá um escritório de representação em Roma, mas a sede ficará na Alemanha. O Sr. Heitor Matallo permanece como colaborador do mecanismo global no escritório regional no Chile. Também relata a criação de um painel de apoio ao Comitê Científico.

Ressalta que a posição brasileira focou nos debates que possam garantir que a Convenção realize ações efetivas de combate à desertificação, muito embora prospecções, planos e estudos técnicos tenham o seu lugar em apoio aos países que demandem tais providências. Assim, a pauta apresentada pelos representantes brasileiros trata especificamente da implementação da Convenção. Informa que a próxima COP será realizada na Turquia.

No que se refere a participação das organizações sociais, informa que foi apresentada proposta de incorporação da Articulação do Semiárido enquanto representante da sociedade civil, pautando, portanto, a incorporação de redes de organizações sociais e das articulações necessárias para a garantia dessa inserção.

Informou sobre um acordo assinado entre os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP para a elaboração de um programa de intercâmbio de boas práticas de convivência com o semiárido, entre os países de língua portuguesa. Ficou combinado que haverá uma missão dos pontos focais desses oito países que virão ao Brasil, começando pelo Ceará, visitando a Unilab, para acertar os detalhes de uma base de formação para fortalecer essa relação Sul-Sul, e depois conhecer um conjunto de experiências que serão acertadas com os parceiros; depois a missão vai para o Instituto Nacional do Semiárido, em Campina Grande, onde vai passar uma semana elaborando esse programa. E estão convidados para participar desse evento em Campina Grande o Mecanismo Global, que se compromete em buscar os recursos para de fato haver uma grande estratégia de intercâmbio de boas práticas. Foram convidados também a FAO, o PNUD e o IICA, que são os instrumentos da cooperação técnica internacional.

Faz relato sobre o *side event* promovido pelo Brasil e que, muito embora as debilidades de logística, o evento foi bastante prestigiado, superando as expectativas dos organizadores da atividade. Na sequência apresenta uma síntese da pauta apresentada pela Missão Brasileira: Mecanismo Global com uma ação firme no sentido da implementação da Convenção; Não criar maiores custos no comitê de ciência e tecnologia, uma vez que há instrumentos nos próprios países; Dar visibilidade à sociedade civil, assim como garantir a estrutura que viabilize a participação, na perspectiva de conhecer e discutir exemplos e práticas de combate à desertificação exitosos.

Informa, ainda, que a Namíbia passa a ser membro observador da Comunidade dos Países de Língua portuguesa - CPLP, tendo em vista que 10% da população fala essa língua.

Em seguida abre a palavra solicitando que os demais membros possam se pronunciar, especialmente aqueles que participaram da COP 11 na Namíbia.

Pergunta se há esclarecimentos ou dúvidas em relação ao que foi exposto.

Ricardo Padilha – Gestor Governamental - DCD/SEDR/MMA - relata que os representantes do MMA na COP 11, assim como o Itamaraty, foram muitos firmes na defesa da posição brasileira, como a não alteração do escopo territorial de atuação da Convenção (áreas áridas, secas e sub úmidas secas), o debate em relação à degradação zero e suas implicações na agenda agrícola do país. Complementa fazendo registros do II ENED.

Beranger Araújo - representante do Governo da PB – relata que havia um lobby para aprovar a degradação zero, com apoio dos países europeus, assim como para a ampliação do escopo de atuação da Convenção, e que a posição firme do Brasil teve o apoio dos EUA e da China, entre outros países, o que impediu a aprovação destas propostas . Ressalta que a estrutura federativa do Brasil chamou bastante a atenção dos países membros nos debates realizados no *side event*, assim como as boas práticas apresentadas.

Francisco Campello – Secretário Executivo da CNCD – registra que a rede DesertNet, ligada à UNCCD, propôs que o Brasil passe a integrar a rede, e vai promover a Pré-conferência da América Latina no Brasil em 2014. Fala da ênfase que foi dada para as boas práticas – cita a Rede WOCAT, que trabalha mundialmente com a sistematização das boas práticas, com fins de difusão e intercâmbio entre os países, e solicitou que Brasil componha a rede, com a previsão de um treinamento em 2014. Falou ainda dos esforços da CPLP para que a Língua Portuguesa seja reconhecida como língua oficial pelas Nações Unidas e que o Brasil conseguiu com o ponto focal de ciência e tecnologia norte-americano um intercâmbio para que o correspondente científico brasileiro participe de um programa de qualificação na língua inglesa e de troca de conhecimento científico.

Telmo José Mendes- representante do governo do MA - relata que a participação na Namíbia foi fundamental na valorização da agenda da desertificação no estado do Maranhão, com exposição na mídia, etc, informando que o PAE do Maranhão será lançado nessa esteira de mobilização em relação ao tema.

Procópio Lucena – SEAPAC – representante da sociedade civil RN - esclarece que com o passaporte vencido não pode participar da COP 11. Faz avaliação do ambiente das Convenções e a importância do Brasil na COP. Informa de evento do IPCC da América Latina, dizendo do conhecimento acumulado e das práticas realizadas pela Sociedade Civil e a debilidade de interlocução com a ciência e tecnologia. Relata reunião no Maranhão, ainda nas gestões anteriores do MMA, dizendo que o tema sempre suscita bons debates. Requer que o documento – relatório da COP 11 - Namíbia - valorize as intervenções sociais na agenda de combate à desertificação.

Em relação ao debate sobre o escopo de atuação da Convenção (territorial) e sua aplicação no Brasil há controvérsias, tais como ampliar a atual área de atuação do PAN Brasil e solicita que esse tema seja pautado, em reuniões futuras, tendo em vista que é uma debate essencial.

Menciona que o Brasil não quer fazer a discussão sobre a degradação zero, porque apoia a agenda do agronegócio. A ASA apoia a agroecologia, lembra das sementes terminadoras e informa do debate em Campina Grande sobre agricultoras e agricultores experimentadores. Questiona e pede reflexão sobre o custo ambiental do processo de exploração intensiva da terra. Continua reconhecendo a importância da política de agroecologia lançada pela Presidenta Dilma, mas diz que o debate ainda está muito aquém do necessário.

Confirma a participação da ASA/P1MC na convenção de combate à desertificação e cobra um debate mais profundo da implementação no Brasil, que será fortalecido a partir da aprovação do Projeto de Lei de Combate à Desertificação, trazendo institucionalidade ao tema no país. Defende que o Governo faça a discussão do tema

desertificação, de forma ampla e intensa, inclusive avaliando onde o tema ficará na estrutura governamental, sendo que a política fortalece essa busca.

Ressalta a necessidade de reconstruir a CNCD, lembrando que o fato de não ter quórum é um sintoma. Finaliza dizendo que é necessário uma atuação política mais forte, muito embora reconheça as ações desenvolvidas pelo Departamento de Combate à Desertificação nas ações práticas e destinadas a implementação da Convenção.

Margareth Carvalho – FUNCEME – representando o governo do CE - parabeniza pelo bom trabalho no nível internacional e diz que o mesmo não se verifica internamente, principalmente na articulação com os estados. Sugere que nas esferas estaduais a articulação seja fortalecida, assim como a própria Comissão, relatando que os grupos que participaram da elaboração dos PAEs estão desarticulados. Avalia que é necessário fortalecer instâncias estaduais, a partir do elo com a Comissão Nacional.

Ressalta a importância da aprovação do regimento interno e reforça que a criação de espaços similares (Comissão) nos estados é um caminho que deve ser seguido.

Telmo José Mendes- representante do governo do MA – responde à provocação do Sr. Procópio em relação a dicotomia entre o popular e acadêmico. Relata a cooperação no Maranhão entre a ASA e a universidade. Diz que não há uma rede estabelecida de pesquisa em combate à desertificação. Diz que o Bolsa Família estimula a improdutividade no campo e defende a revisão de modelos produtivos. Diz que dentro do PAE do Maranhão há previsão de espaço de articulação e gestão, avaliando ser suficiente para estabelecer a conexão entre o popular e o acadêmico.

Apresenta diversas sugestões em relação a comunicação, defendendo lista de e-mails, dentre outras providências, assim como reuniões itinerantes. Diz da criação de grupo na universidade que trabalha o tema desertificação, dentre outras ações que possam estimular o debate.

Francisco Campelo – Secretário Executivo da CNCD – esclarece sobre a inversão de pontos na pauta da reunião face a ausência de quórum.

Aline Mesquita – sociedade civil PE - relembra de momentos em que havia bons debates no estado, assim como entre estados vizinhos no semiárido. Ressalta, portanto, que a constituição de espaços de discussão, inclusive interestaduais, são fundamentais.

Marcelo Ribeiro – representante do governo de AL - faz avaliação sobre o tema mobilização e diz que em Alagoas há lei aprovada em relação ao tema combate à desertificação, que será capaz de impulsionar a agenda. Faz menção ao novo mandato do secretariado da Convenção, com a eleição de uma nova liderança e a expectativa de um mandato promissor. Faz menção aos instrumentos de implementação desenvolvidos pelo MMA, dizendo que trata-se de um balcão de projetos, e que Alagoas não consegue acessar.

Faz menção a exploração do gás de Xisto, com editais de leilões previstos, com alto grau de poluição e degradação ambiental, especialmente pela tecnologia utilizada – fraturamento hidráulico – propõe moção de alerta em relação a tal prospecção.

Alberto Marques Santos - sociedade civil SE - faz o contraponto em relação à manifestação do representante do Maranhão em relação ao Bolsa família, dizendo que

discorda da posição e diz que há complementariedade entre transferência de renda e a produção da agricultura familiar.

Rocicleide Silva – representante do MDS – Ressalta que do ponto de vista do governo e do MDS, e que tem impacto sobre as política de combate à desertificação, a avaliação dos programas e ações desenvolvidos é positiva, iniciando pelo plano Nacional de Agroecologia, dizendo da construção em conjunto com a sociedade civil, governos estaduais, fóruns, etc. Defende que a CNCD deve acompanhar, pois as ações previstas incidem na agenda de combate à desertificação. Pontua que o tema desertificação não deve estar associado tão somente as conquistas da CNCD, dada a transversalidade e outras iniciativas exitosas e em curso. Nessa linha, faz menção ao plano Safra para o Semiárido, dizendo que é um marco, pois encarou de forma decisiva um modelo específico e diferenciado para a região.

Faz menção também dos 10 anos do programa cisternas, enaltecendo o caráter de convivência do programa e a importância de reservar de água, um diferencial para atravessar períodos de seca, citando inclusive a matéria do jornalista W. Novaes.

Defende que há muito o que fazer, mas de fato há enormes avanços. Relata que conhece a seca, lembrando de cursos de formação realizados em Madalena – CE, dizendo que em determinado momento, em período de estiagem, e ao fazer uma avaliação sobre processos, notou que os participantes estavam temerosas por conta da seca, impedindo a continuidade da atividade.

Faz menção a fala do representante do Maranhão e reputa que é ignorância desconhecer os avanços dos programas de transferência de renda, recomenda leitura de documentos científicos que comprovam os resultados e avalia que a fala é preconceituosa com os pobres e com o programa Bolsa Família.

Edison Ribeiro dos Santos – representante do governo da BA - faz menção ao processo de elaboração do PAE na Bahia, falando do resgate de documentos elaborados pelo Ingá, assim como de Decreto estadual que criou um comitê de gestão do Plano de ação estadual. Diz do desafio de implementar o Plano, sendo que não apresentar um documento acabado não significa que nada se faz em relação ao tema, citando o Programa Água para Todos, o Programa Água Doce e as ações desenvolvidas em relação ao combate à seca. Avalia que todas essas ações devem integrar as atividades do comitê que está em fase de instalação. Pontua que as articulações são fundamentais, mas acompanhar a execução dos programas e ações, possibilitando avaliação de impacto e resultados, essa sim é uma ação relevante para processos de gestão. Cita editais de educação ambiental, reflorestamento de APPs, dentre outras, como ações bem sucedidas, decorrentes da cobrança do uso da água da bacia do São Francisco .

Irenaldo Araújo – representante da sociedade civil PB - Faz reflexão sobre sistemas e modelos produtivos, dizendo que o modelo econômico adotado pelo Brasil na exploração da terra é degradador e provocador de processos de desertificação. Cita como boas práticas as ações da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais, dizendo que há, na relação da construção do conhecimento, alguns setores da universidade que estão mais próximos dos agricultores e do conhecimento popular.

Faz menção ao Bolsa família, falando da importância da transferência de renda, citando que os saques já não são mais vistos, como em tempos idos de forte seca.

Francisco Campello - Secretário Executivo da CNCD – Em relação aos instrumentos de fomento faz uma avaliação de que as ações federais, tais como o Plano Safra para o semiárido, o Programa 1 Milhão de Cisternas, ATER, todas são ações de combate à desertificação e é preciso que a CNCD faça esse diálogo e avalie as estratégias de fortalecimento da agenda, pois as sinergias devem ser valorizadas, tendo em vista inclusive que são ações extremamente potentes. Trata-se de analisar as agendas, possibilidades, sinergias e trabalhar a cooperação para fortalecer a agenda, apontando os pontos críticos, inclusive.

Faz menção às experiências de convivência com o semiárido e a importância de fazer fluir dentro das políticas públicas as boas práticas, tais como materiais genéticos adaptados.

Fala das ações realizadas pelo Departamento de Combate à Desertificação/SEDR/MMA, tais como a qualificação do Fundo Clima e a dificuldade de se constituir bons projetos, que em alguns estados resultou em disputas entre secretarias. Assim é necessário constituir boas estratégias para viabilizar ações de fomento, citando casos exitosos de alguns estados.

Telmo José Mendes - representante do governo do MA - rebate as críticas em relação às falas referentes ao Programa Bolsa Família, dizendo que o Maranhão não está mais dentre os mais pobres no NE, dizendo que a crítica está em relação aos objetivos de curto prazo do Programa e que não desconhece as pesquisas relacionadas ao tema.

Ricardo Padilha – Gestor Governamental - DCD/SEDR/MMA – faz avaliação da execução dos Fundos de apoio a projetos que atuam em parceria com o departamento, relatando a captação de R\$ 200 milhões. Fala das iniciativas de apoio a projetos em todos os estados nas ASDs, em especial via ANA, PNUD, FAO e IICA. Menciona a parceria público/privada com a Transnordestina destinando recursos para recuperação de áreas degradadas.

Informa sobre a criação de escritório da FAO em Campina Grande, na sede do INSA.

Beranger Araújo – representante do governo da PB – diz que 93% dos municípios da Paraíba estão nas ASDs e do lançamento do PAE durante a Conferência Estadual de Meio Ambiente. Relata a maior seca dos últimos 100 anos no Seridó paraibano e a situação de calamidade no estado pela escassez de água. Relata que o estado está trabalhando em obras estruturantes, com apoio de empréstimo do FIDA e de ações emergenciais para acudir os agricultores, tais como seguro safra, distribuição de sementes, etc e dos arranjos produtivos locais para o combate à desertificação.

Tarde

Francisco Campello - Secretário Executivo da CNCD – abre os trabalhos apresentando a Diretora do INPE, Regina Alvalá.

Regia Alvalá – INPE – representante do MCTI – inicia a apresentação do Sistema de Alerta Precoce – SAP desenvolvido com apoio do MMA, em cooperação com o IICA.

Após a apresentação são realizados debates em relação às escalas utilizadas no levantamento de dados, assim como sobre os índices gerados e que atribuem pesos às diversas formas de uso e cobertura do solo, dentre outros.

Posteriormente a representante do INPE apresentou informações sobre os equipamentos adquiridos pelo CEMADEM, relatando a importante contribuição para o registro de informações, análises e tomada de decisão.

Seguem-se esclarecimentos em relação à disponibilização de dados, tais como uso de imagens que estarão disponibilizadas na internet e a finalização do SAP com lançamento de informações do estado da Bahia – previsão de término em 2 meses, conforme avaliação da representante do INPE.

Seguem debates sobre a importância da ferramenta na apoiar a tomada de decisão e análises dos processos degradativos, a partir dos dados registrados a cada ano e que podem alimentar e atualizar o SAP.

Solicitação para avaliar a inserção, no SAP, de informações sobre os reservatórios de água no semiárido – cisternas, açudes e outros.

Francisco Campello – Secretário Executivo da CNCD – faz contagem de quórum e informa que não há representantes suficientes para deliberação e coloca o tema para discussão da plenária.

Procópio Lucena – representante sociedade civil RN – avalia que para se ter uma institucionalidade em relação à agenda é necessário um marco legal, assim como o fortalecimento da Comissão. Ademais, solicita a presença da Presidente da Comissão, a Sra. Ministra Isabella Teixeira, para debater sobre as ações que estão em curso, assim como realizar o diálogo em relação aos resultados da COP 11 e a articulação política para aprovar o projeto de lei que tramita no Congresso Nacional.

Relata que a Comissão não tem o espaço de diálogo necessário, que não é ouvida, que a Comissão não é consultada sobre assuntos de sua competência, portanto é necessário agir para reverter essa tendência, agir politicamente.

Devanir Garcia dos Santos – representante da ANA - concorda parcialmente com a manifestação do representante do RN, no que se refere à importância da presença da Ministra, mas avalia que mais do que isso é a não participação dos estados, por exemplo. Questiona, inclusive, se falta apoio aos mesmos e se talvez isso os afaste, pois não identificam um espaço de apoio, de articulação. Relata sua preocupação com o quórum e a importância da deliberação em relação ao regimento interno, essencial para viabilizar os trabalhos da Comissão. Pede para que a mesa atue e garanta quórum no segundo dia de reunião, período da manhã, para que se delibre sobre temas prioritários.

Francisco Campello – Secretário Executivo da CNCD - Relata que há 60% dos estados presentes e alguns representantes da sociedade civil não compareceram, necessário verificar quais são os motivos. Faz pausa para verificação de quórum e contagem como indicativo de presença no dia seguinte. Identifica que há 15 representações e, portanto, faltam 6 conselheiros para que se alcance o quórum necessário. Informa que irá ao Gabinete para dialogar em relação a presença de Ministra e, de pronto, avalia como alternativa realizar reunião com a Ministra em data a ser confirmada.

24 de outubro de 2013

Manhã

Francisco Campello – *Secretário Executivo da CNCD* - dá as boas vindas e relata o esforço de convocação, informando que as representantes do governo dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Norte confirmaram presença. Apresenta o deputado Paulo Lustosa e passa palavra.

Deputado Paulo Lustosa – Diz que talvez seja a última participação na Comissão enquanto membro titular, uma vez que deixou as atribuições no estado do Ceará, tendo em vista as eleições de 2014. Faz relato sobre as articulações em relação à estratégia para a aprovação do projeto de lei de autoria do Senador Inácio Arruda, sobre a Política Nacional de Combate à Desertificação. Diz que o Secretário Executivo da Comissão solicitou um balanço dessa tramitação, assim como menciona a presença de representantes da CNCD em atividade de mobilização no Congresso Nacional.

Continua informando que o PL já cumpriu todo o rito de tramitação e está na pauta do Plenário, mas não foi à votação. Sugeriu diálogo com os líderes partidários, tendo em vista que são necessários acordos para entrar na pauta e negociações também relacionadas à votação. Cita os diálogos com os mesmos, dizendo que há um aceno de bom apoio, assim como não há qualquer ação explícita e em contrário à aprovação do PL.

Em relação ao PCdoB, diz que a deputada Manuela informou sobre o projeto do Deputado baiano João Leão, anteriormente no PSDB, propondo a criação de um Fundo para o semiárido, que segue “apensado” ao PL do Senador Inácio, e portanto o tema não avança porque está atrelado à criação do Fundo. Avalia que um acordo possível seria votar o PL, com o compromisso de votar o Fundo em momento posterior. Uma possibilidade seria convidar o Deputado João Leão para apresentar o projeto e fazer o debate na CNCD.

Faz relato da dificuldade de votações no Congresso em razão da pauta trancada, tendo em vista matérias relevantes e que ainda não alcançaram os acordos necessários.

Francisco Campello – *Secretário Executivo da CNCD* - agradece a presença do Deputado e abre a palavra aos demais membros para que se manifestem em relação à estratégia necessária para aprovação do PL.

Marcelo Ribeiro – *representante do estado de AL* - dá as boas vindas ao Deputado e pede apoio para aprovação da PEC da Caatinga. Também faz menção à exploração do gás de xisto, salvo engano 5 jazidas, na bacia do São Francisco, dizendo que a tecnologia é degradadora e ambientalmente insustentável, com danos aos mananciais “subterrâneos”.

Edison Ribeiro dos Santos – *representante do governo da BA* – informa que o Deputado João Leão é agora do PP e se coloca à disposição para fazer a interlocução com o Deputado, dizendo que o parlamentar tem boas relações políticas com o Governo da Bahia e identidade com a Caatinga.

Procópio Lucena – representante da sociedade civil – RN - menciona a desenvoltura do Deputado Pulo Lustosa na Câmara, conforme presenciou por ocasião da visita da comitiva da CNCD ao Congresso Nacional. Cobra do DCD/SEDR/MMA a elaboração de documento informativo - panfleto, conforme acordado com alguns Deputados, dizendo que seria importante que a CNCD, nessa reunião, aprovasse tal documento. Diz, em respeito à manifestação do representante de Alagoas, que avalia que focar é o caminho, propondo trabalhar especificamente para aprovação do PL Desertificação.

Telmo José Mendes – representante do governo do MA - concorda com as falas anteriores, se apresenta e expõe preocupações. Fala da condição climática do Maranhão, na maior parte subúmido seco, mas com problemas fortes de seca, dizendo que, por exemplo, um Fundo para o semiárido deixaria o Maranhão de fora, assim como tem acontecido, tendo em vista a delimitação geográfica do semiárido.

Deputado Paulo Lustosa - diz que um Fundo para o semiárido é pouco para uma política de combate à desertificação, dados os problemas em outros estados, relacionados à degradação de terras, tais como o ES, RS, etc. Desregionalizando o debate se angaria mais apoio, já que não seria somente para o nordeste. Em relação à estratégia, após identificar que o Fundo está proposto enquanto Projeto de Emenda Constitucional – PEC, com quórum específico para aprovação e, portanto, ainda mais complexo, propõe uma avaliação e debate sobre a elaboração de um Projeto de Lei, de autoria do Deputado João Leão, a partir da interlocução com a CNCD.

Em relação à PEC Caatinga, informa que quando o Deputado Pedrinho fez essa proposição, incluiu também o Cerrado, e como o debate econômico nesse bioma é mais forte que na Caatinga, a bancada ruralista é muito mais sensível e isso tem impedido a sua votação.

Acredita que com a discussão do Código Florestal, a partir do CAR e de regras mais estáveis, que a aprovação da PEC pode seguir um caminho mais tranquilo. Em relação à exploração do gás xisto, avalia que a discussão estará no âmbito do marco legal do setor da mineração e avalia que esse debate é importante, dentro do CONAMA, sendo que a tripartite solicitou que a exploração seja de competência da União, sendo que o estado de Minas Gerais fez um posicionamento de autonomia.

Informa do movimento de defesa dos animais, e que está articulando uma audiência pública em relação à experimentação científica com o uso de animais e pede apoio para divulgação. Agradece e se despede, ficando à disposição para as demais pautas da CNCD.

Ricardo Padilha – Gestor Governamental - DCD/SEDR/MMA – assume os trabalhos e apresenta algumas informações relacionadas aos Fundos setoriais. Faz contagem de quórum e informa sobre a palestra que será apresentada pelo Diretor do INMET em relação às previsões de chuva para o Nordeste.

Procópio Lucena - sociedade civil RN – apresenta questão de ordem e diz que em relação ao Fundo já foi feita uma avaliação da própria Comissão, desatrelando do PL.

Margareth Carvalho – representante do governo do CE - lembra da delimitação do semiárido indicada pelo MI e dos prejuízos advindos disso para os municípios que estão fora dessa delimitação, mas com características de semiárido. Informa sobre um estudo da FUNCENE para o Banco do Nordeste defendendo uma nova delimitação.

Telmo José Mendes – representante do governo do MA - diz que os índices colocados pelo MI levaram a distorções na delimitação do semiárido, e apoia as manifestações anteriores.

Marcelo Ribeiro – representante do governo de AL - faz menção à conferência do Meio Ambiente, falando da importância de debates relacionados, por exemplo, aos resíduos sólidos e aos processos sustentáveis e a ausência do debate sobre o combate à desertificação.

Vera Cardoso – representante do governo de Sergipe – menciona que o estado fez diversas discussões sobre temas relacionados à sustentabilidade, no âmbito da Conferência, assim como sobre a desertificação e estranha o mesmo não ter sido realizado em Alagoas.

Paulo Pedro - convidado - dá as boas vindas, mencionando que está em Oricuri como Secretário Agricultura, Recursos Hídricos e de Meio Ambiente e está em Brasília como delegado na Conferência de Meio Ambiente e fala da possibilidade de participação na CNCD via representação da ANAMMA e que está à disposição da CNCD para pautar temas importantes na Conferência. Agradece o empenho do DCD/SEDR/MMA em relação à Nota Técnica elaborada pelo INMET, sobre prognósticos de chuvas. Diz que o debate sobre a área do semiárido é importante e faz menção ao Atlas das Áreas Susceptíveis à Desertificação e questiona quais são os desdobramentos. Faz menção ao apoio político para aprovação do PL, dizendo que é necessário mobilizar a ASA para que apoie tal iniciativa.

Francisco Campello – Secretário Executivo da CNCD - informa que há quórum para deliberações e inicia os trabalhos para a aprovação das atas de reuniões anteriores e propostas de resoluções.

Procópio Lucena – sociedade civil RN - faz uma análise das deliberações registradas em ata avaliando que muitas questões não foram colocadas em prática.

Luciana Valadares – Analista Ambiental - DCD/SEDR/MMA - pede permissão ao Plenário e se pronuncia dizendo que as deliberações e encaminhamentos estão registradas em documento que se encontra na pasta entregue aos membros da CNCD.

Procópio Lucena – sociedade civil RN - retoma a palavra agradecendo os esclarecimentos, mas reafirma que muitas deliberações não são cumpridas, dada a incapacidade de ação da Secretaria Executiva da CNCD, tendo em vista estrutura, mandato e outras questões que impedem sua atuação.

Francisco Campello – Secretário Executivo da CNCD - concorda com a avaliação do representante do RN no que diz respeito à estruturação da Secretaria Executiva, informando que serão tomadas providências na perspectiva responder e registrar os encaminhamentos. Abre processo de votação das atas da IV Reunião Ordinária, III Reunião Extraordinária e IV Reunião Extraordinária.

Plenário – aprova as atas.

Francisco Campello – Secretário Executivo da CNCD - faz menção às Câmaras Técnicas – apresenta, portanto, as propostas de resolução.

Luciana Valadares – *Analista Ambiental - DCD/SEDR/MMA* – realiza a leitura da proposta de resolução que cria as Câmaras Técnicas da CNCD e faz menção aos GTs, criados conforme deliberação na III Reunião Ordinária em Campina Grande e dos trabalhos que foram realizados em decorrência, conforme documentos que constam da pasta entregue aos membros do colegiado, informando que a não publicação da criação dos GTs no D.O.U. se deu em razão da previsão no Regimento Interno de se criarem os GTs dentro de Câmaras Técnicas previamente existentes.

Marcelo Ribeiro – *representante do governo de AL* – avalia que a Câmara Técnica nº 1 está com atribuições excessivas e a de revisão do PAN Brasil é de caráter transitório e não permanente.

Procópio Lucena – *sociedade civil RN* – defende a proposta apresentada pelo Secretariado indicando que a revisão do PAN Brasil deve ser permanente, inclusive face à estratégia decenal da UNCCD e a importância de se rever constantemente o PAN Brasil, sempre que necessário e questiona sobre a participação das universidades e de uma consultoria jurídica em apoio à CNCD.

Telmo José Mendes – *representante do governo do MA* – apoia o representante do RN, ressaltando que revisar o plano não deveria ser a atribuição principal da câmara.

Francisco Campello – *Secretário Executivo da CNCD* – faz um balanço dos encaminhamentos relacionados aos GTs, falando dos avanços na articulação com as instituições públicas federais, das parcerias estabelecidas com a FAO, dentre outros.

Paulo Pedro – *convidado* – recomenda incorporar na câmara de revisão do PAN as estratégias de avaliação e monitoramento, relatando que os informes nacionais são de difícil elaboração e deveriam estar previstos nesse espaço técnico.

Francisco Campello – *Secretário Executivo da CNCD* – concorda com a avaliação anterior e informa sobre o escopo da estratégia decenal, assim como das dificuldades de elaborar relatórios e todo o esforço de interlocução com os estados e parceiros.

São apresentadas informações técnicas sobre a elaboração dos textos de resolução e sobre a possibilidade dos membros das Câmaras Técnicas apresentarem demandas por convites à especialistas, apoiando os trabalhos, tais como universidades, não sendo possível incluir formalmente quanto membros das Câmaras, dado que não exercem mandato na CNCD. Ainda em relação à importância de se manter a palavra “revisão”, no título da Câmara Técnica, tendo em vista expressar o compromisso com as diretrizes da Convenção.

Marcelo Ribeiro – *representando o governo de AL* – concorda com a avaliação e então sugere a ampliação da CT para monitoramento e avaliação.

Procópio Lucena – *sociedade civil RN* – avalia que os esclarecimentos são suficientes e bem colocados, sendo apoiado pelos demais membros da Comissão.

Francisco Campello – *Secretário Executivo da CNCD* – coloca em regime de votação, alertando que a Câmara de Revisão do PAN deve conter os atributos mencionados pelos membros da CNCD.

Plenário - aprovado

Marcelo Ribeiro – representando o governo de AL - questiona sobre a participação da Ministra, conforme solicitação do plenário.

Francisco Campello – Secretário Executivo da CNCD - informa que em decorrência da Conferência de Meio Ambiente a Ministra não poderá participar. Em relação aos Grupos de Trabalho fica o encaminhamento, após manifestações, de que serão constituídos a partir da demanda dos trabalhos submetidos às Câmaras Técnicas. Em seguida questiona o plenário em relação a pauta, tendo em vista a presença do Presidente do INMET.

Devanir Garcia dos Santos – representante da Ana – faz proposta para priorizar o regimento interno, considerando a importância do tema para a CNCD, sem prejuízo da palestra do INMET, uma vez que o regimento foi encaminhado com antecedência para análise dos membros e a votação poderia se dar de forma ágil.

Francisco Campello – Secretário Executivo da CNCD – coloca em discussão a proposta apresentada. Não havendo consenso, convida o presidente do INMET para início da apresentação.

Antônio Divino Moura – Diretor INMET – palestra sobre o “Monitoramento do Clima e das Secas no Nordeste”

Após a apresentação, foram realizados debates sobre a previsão de chuvas no nordeste, em especial a aplicabilidade de modelos, tais como o IPCC e aqueles desenvolvidos pelo INMET – Modelo de Previsão Estatística do Clima – referência - http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=clima/prev_estocastica

Francisco Campello – Secretário Executivo da CNCD – concluída a apresentação do INMET, questiona o plenário sobre a dinâmica para discussão do Regimento Interno.

Procópio Lucena – sociedade civil RN – faz manifestação no sentido de garantir quórum no período da tarde para que se faça uma discussão aprofundada do regimento interno.

Francisco Campello – Secretário Executivo da CNCD – informa que duas propostas foram apresentadas, sendo a 1º que encaminha para a consulta sobre a aprovação do Regimento Interno, no formato encaminhado aos membros da comissão, conforme documentação anexa à pauta da reunião e a 2º com debate no período da tarde e posterior manifestação do plenário. Em regime de votação.

Plenário - Aprovado o regimento no formato apresentado pela Secretaria Executiva da Comissão.

Procópio Lucena – sociedade civil RN - lamenta que o debate sobre o regimento interno não tenha ocorrido, ressaltando que a pauta é clara e o horário de encerramento dos trabalhos estava previsto para as 17h00.

Devanir Garcia dos Santos - representante da ANA – ressalta que se observada a pauta da reunião, todas as deliberações seriam na tarde de quarta-feira e na manhã de quinta-feira. Portanto, não há qualquer ação contrária ou indisposição em votar. Avalia que os membros do colegiado se prepararam em função da pauta, privilegiando os momentos de deliberação. Entende, portanto, que houve equívoco do Secretariado na elaboração da pauta ao não distribuir estratégicamente temas a serem deliberados, priorizando-os em

relação a outros, informativos e de debate. Ressalta que já havia se manifestado nesse sentido no dia anterior.

Miguel Farinasso – representante da CODEVASF - ratifica o posicionamento da ANA e pede respeito ao horário de início das reuniões o que traria mais efetividade e cumprimento da agenda.

Marcelo Ribeiro – representante do governo de AL - diz que participou da elaboração da minuta do regimento interno e avalia que não poderia votar no “afogadilho”, assim como sem a presença do Consultor Jurídico do MMA, que fez alterações no documento, sendo fundamental sua presença para os devidos esclarecimentos.

Daniella Ribeiro – representante do governo de MG – relata que a informação sobre a proposta de regimento interno dava conta que tratava-se de Grupo de Trabalho e se não é exatamente isso, dado que norteou o seu voto, solicita revisão da votação.

Francisco Campello – Secretário Executivo da CNCD – faz observações em relação à manifestação do representante da ANA, dizendo, inclusive, que a pauta foi aprovada pelo colegiado. Informa que no futuro o Secretariado adotará providências no sentido de uma melhor distribuição dos temas, privilegiando as deliberações.

Daniella Ribeiro – representante do governo de MG - pede esclarecimentos sobre a elaboração da proposta de alteração no regimento interno.

Francisco Campello – Secretário Executivo da CNCD - esclarece que as alterações foram realizadas especificamente adequando questões de ordem jurídica, a partir do documento proposto pelo Grupo de Trabalho constituído com a finalidade de revisar o regimento interno.

Marcelo Ribeiro – representante do governo de AL - insiste na manutenção da discussão, citando exemplos na proposta de regimento que mereceriam atenção da Comissão.

Francisco Campello – Secretário Executivo da CNCD - avalia que a proposta de alteração no regimento interno é um avanço e que se no futuro houver outras questões a serem discutidas, há a possibilidade de nova revisão.

Procópio Lucena – sociedade civil RN - avalia que é importante rediscutir a composição do Colegiado, requerendo uma ação da Secretaria Executiva da CNCD, como por exemplo, sobre a excepcionalidade na representação de titulares e suplentes, que pode gerar problemas de representação e continuidade.

Ricardo Padilha – Gestor Governamental – DCD/SEDR/MMA - faz avaliação sobre viabilizar o quórum das reuniões da Comissão, recomendando contagem de quórum em dois turnos, com decréscimo na exigência de presença dos membros da Comissão, quando em 2º chamada.

Francisco Campello – Secretário Executivo da CNCD - diz que a votação já ocorreu e não há como indicar destaques, exceto se a comissão rever tal encaminhamento.

Marcelo Ribeiro – representante do governo de AL - apoia a proposta do técnico do MMA na perspectiva de garantir quóruns, viabilizando os trabalhos da Comissão.

Francisco Campello – Secretário Executivo da CNCD – acata os destaques apresentados a partir das manifestações do Plenário. Em regime de votação.

Plenário – delibera favoravelmente em relação aos destaques apresentados.

Tarde

Francisco Campello – Secretário Executivo da CNCD – abre os trabalhos fazendo um relato dos encaminhamentos até então pautados pela Plenária.

Procópio Lucena – sociedade civil RN – faz menção ao PAN Brasil na esfera estadual, defendendo imprescindível viabilizar Leis estaduais de combate à desertificação e, portanto, a CNCD deveria focar nas articulações relacionadas com o tema.

Beranger Araújo – representante do governo da PB - menciona a lei aprovada no estado da Paraíba.

Marcelo Ribeiro – representante do governo de AL - faz menção à Lei aprovada em Alagoas.

Procópio Lucena – sociedade civil RN - reafirma que a principal pauta da CNCD deve tratar da institucionalização da política, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Telmo José Mendes – representante do governo do MA - faz menção à elaboração do PAE no Maranhão, assim como as articulações para a elaboração da Lei estadual, com a previsão de ser encaminhada e aprovada até o final de 2014. Relata que no estado o tema está caminhando muito bem, com apoio político do secretário responsável pela pasta de meio ambiente.

Francisco Campello – Secretário Executivo da CNCD - solicita apresentação do documento aprovado no II ENED.

Procópio Lucena – sociedade civil RN - relata o documento apresentado pela sociedade civil e aprovado no II ENED, sendo um dos resultados a mobilização no Congresso Nacional em relação ao Projeto de Lei que instituirá a Política Nacional de Combate à Desertificação, tendo em vista a visita dos membros do colegiado ao Congresso. Nesse sentido, manter mobilizada a comissão de mobilização, formada por Chico Campello, Procópio, Marcelo, Eliseu, Elessandra e Edison. Ademais, manter foco na Lei, além das demais proposições apresentadas no documento do II ENED e relacionados à institucionalidade.

Relata a importância da mobilização e participação do MMA nos debates estaduais relacionados à institucionalização da política de combate à desertificação.

Continua relatando a importância da manutenção da estrutura do Departamento de Combate à Desertificação e que o II ENED pautou isso de forma muito clara, e, para tanto, abrir diálogo com a Ministra do Meio Ambiente e Presidente da Comissão para que participe de uma reunião extraordinária para que se debata o tema, em especial a institucionalização da política.

Nesse momento são realizadas várias manifestações em relação a pauta de combate à Desertificação no MMA, inclusive com propostas de articulações externas para garantir estrutura de funcionamento adequada. Em decorrência há consenso sobre a importância do tema e que seja levado ao conhecimento da Ministra do Meio Ambiente para análise e debates com a CNCD.

Marcelo Ribeiro – representante do estado de AL – solicita esclarecimentos em relação ao que está acontecendo no MMA em relação à agenda de combate à desertificação.

Procópio Lucena - sociedade civil RN - continua relatando o documento do II ENED e a valorização das boas práticas desenvolvidas pelas organizações sociais, fazendo menção ao Fundo que seria viabilizado pelo BNB.

Francisco Campello – Secretário Executivo da CNCD - relata que a consultoria que seria contratada para a formatação desta linha de crédito para o FUNDECI, em razão de questões particulares, não findou na contratação da especialista selecionada, sendo que isso retardou as proposições relacionadas ao tema mas que estava sendo contratado outro especialista em microcrédito através do Fundo Clima.

Procópio Lucena - sociedade civil RN - retoma o tema do II ENED mencionando a importância de estabelecer contatos com pautas políticas relacionadas as próximas eleições para presidência do Brasil.

Francisco Campello – Secretário Executivo da CNCD – ouve os membros do Plenário em relação a proposta de debate na CNCD com os futuros presidenciáveis e após as diversas ponderações encaminha informando que é consenso que a institucionalização da Política Nacional de Combate à Desertificação é fundamental e deve estar na pauta em 2014, sendo que os meios para tanto devem ser avaliados com muita cautela em razão da natureza da propositura.

Antônio Farias – representante do MME - faz menção à exploração do gás de xisto, conforme mencionado pelo Sr. Marcelo Ribeiro, representante do estado de Alagoas, informando que de fato há previsão que na 12º rodada da ANP haverá encaminhamentos e, de fato leilões de dupla aptidão, envolvendo o gás de xisto. Em relação à técnica, não há informações claras sobre sua validação, assim uma moção deveria ser no sentido de alertar e parece que é essa a proposta colocada pelo representante de Alagoas, e assim avalia que não traria maiores implicações de ordem institucional, fortalecendo o debate em relação ao tema.

Marcelo Ribeiro – representante do estado de AL - ressalta os danos da exploração de gás de xisto, conforme informações obtidas em meios de comunicação e estudos técnicos.

Margareth Carvalho – representante do governo do CE - ressalta a importância de estabelecer espaço de articulação política, conforme proposição do representante da sociedade civil do RN.

Francisco Campello – Secretário Executivo da CNCD – apresenta balanço dos encaminhamentos registrados pelo Secretariado, sendo:

- a) Fortalecimento das Comissões estaduais de combate à desertificação;
- b) Comunicação - grupos de e-mail;

- c) rotatividade na realização das reuniões da CNCD;
- d) Moção Gás de Xisto – alerta;
- e) Governos estaduais e demais instituições públicas – sinergia para o fortalecendo do combate à desertificação;
- f) **Moção congratulando o Escritório da FAO no Nordeste;**
- g) Participação da CNCD no GT de mudança na delimitação do semiárido;
- h) Comissão de mobilização para aprovação da Política Nacional de Combate à Desertificação.
- i) Agendamento de Reunião Extraordinária com a presença da Ministra Izabella Teixeira, presidente da CNCD.

Informes finais dos membros da CNCD - FAO, Agenda sobre seca no Ceará 28, 29 e 30/10 - Fortaleza

Daniella Ribeiro – representante do governo de MG - relata que o governo do estado foi procurado pelo Governo do Canadá, no âmbito da cooperação internacional, sendo que a coordenação de combate à desertificação foi acionada para realizar a interlocução e isso demonstra resultados da mobilização em relação ao PAE, constituindo plano que serviu de referência para a referida interlocução.

Edison Santos – representante do governo da BA – relata que dentro das ações de estruturação da política no estado, ao final de novembro haverá o lançamento do Plano Estadual de Combate à Desertificação e convida a Comissão e todos os membros para que prestigiem o evento. Lembra do esforço de contratação de projeto para a Bacia do Salitre e que tal ação seria fundamental para a pauta em salvador.

Beranger Araújo – representante do governo da PB – solicita que, no momento oportuno, a Secretaria Executiva da CNCD apresente esclarecimentos sobre a viabilidade de participação de membros da CNCD na reunião de Fortaleza.

Francisco Campello – Secretário Executivo da CNCD - agradece a presença de todos, em especial das representes dos governos de MG e RN que atenderam à solicitação de participação, viabilizando o quórum,, parabeniza o plenário pelas importantes deliberações da V Reunião Ordinária e encerra os trabalhos.